

--- Aos catorze dias do mês de Novembro do ano de dois mil e oito, pelas vinte e uma horas, no Edifício do Auditório Municipal da Casa da Música, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

--- Ponto número um – Apreciação e eventual aprovação dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Oeste;-----

--- Ponto número dois – Apreciação e eventual aprovação da Adesão do Município de Óbidos à Entidade Regional do Pólo de Desenvolvimento Turístico do Oeste;-----

--- Ponto número três – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Aquisição de Terreno na Quinta do Furadouro, junto ao Campo de Futebol da Amoreira;-----

--- Ponto número quatro – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Plano Pormenor do Arnóia;-----

--- Ponto número cinco – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Regulamento do Programa Clube de Férias;-----

--- Ponto número seis – Designação de cinco Cidadãos para o Conselho Municipal de Segurança do Município de Óbidos;-----

--- Ponto número sete – Período fora da ordem do dia.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal submeteu à apreciação e consideração dos Senhores Deputados que informalmente, e antes de se entrar na ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal se pronunciasse sobre o relatório do Tribunal de Contas.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço disse que entende que o assunto não é pertinente e é uma violação da ordem do Regimento. Não deverá ser feito a esse respeito qualquer declaração ou tomada qualquer posição. O PS estava a reservar-se para tomar posições na próxima Assembleia Municipal ordinária e opõe-se expressamente.-----

--- O Senhor Deputado Albino Sousa disse que o Grupo Municipal do PSD concorda que se ouvisse as explicações do Senhor Presidente da Câmara Municipal. Na próxima Assembleia Municipal ordinária voltariam a analisar o assunto.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal considera que o Senhor Presidente da Câmara Municipal se pode pronunciar de forma informal.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que é seu dever prestar esclarecimentos sobre o assunto. Pensou que houvesse desejo de as pessoas se inteirarem melhor das conclusões que foram tornadas públicas pelo Tribunal de Contas. Até aqui estavam reservadas a uma confidencialidade pedida pelo próprio órgão. É quando o órgão decide revelar o relatório que os actos e as questões relevantes passam a ser do conhecimento da população. O relatório tem implicações para variadíssimos titulares de ambos os Partidos que compõem a Assembleia

Municipal. A auditoria feita ao Município de Óbidos refere-se aos anos de dois mil e quatro e dois mil e cinco e foi efectuada à muito tempo. Tiveram acesso ao relatório preliminar em Janeiro do corrente ano, o qual tinha imensas gralhas, confusões, trocavam uma série de coisas e era muito pouco rigoroso. Os serviços jurídicos da Câmara Municipal construíram uma resposta para um conjunto muito alargado de questões, que foram levantadas pelos auditores. Desse conjunto de questões ficaram fundamentalmente duas em que são apresentadas duas eventuais irregularidades praticadas, quer pelo colectivo, que implica todos os Vereadores do mandato anterior e do actual, porque as deliberações que foram analisadas, foram sempre tomadas por unanimidade, quer pelo Presidente da Câmara Municipal, referente a um despacho. Estas duas questões merecem a discordância e a divergência total. O relatório do Tribunal de Contas ao levantar essas questões faz duas acusações que não têm fundamento. Não lhe parece que revelar as conclusões, praticamente nas vésperas do ano das eleições, contribua para qualquer tipo de serenidade. Contribui, obviamente, para uma campanha eleitoral e não para uma campanha de esclarecimento. Uma questão refere-se aos Bombeiros e outra aos Recursos Humanos. Em relação aos Bombeiros disse que era uma empreitada de uma Associação Humanitária. Foram várias empreitadas auditadas pelo Tribunal de Contas e nem uma levantou qualquer tipo de problema. Trata-se de uma empreitada que está relacionada com a construção do quartel. Há um pecado original no projecto que é o facto da dimensão do Concelho de Óbidos não permitir determinada tipologia de quartel. Estaríamos ao nível de um quartel muito mais pequeno, com muito menos capacidade, não comportando todas as viaturas da corporação. Houve uma deliberação inicial que fez arrancar o processo. É uma deliberação de assinatura de um contrato-programa e de um protocolo tripartido entre o Ministério da Administração Interna, a Associação Humanitária e a Câmara Municipal. Nesse contrato-programa o Município estaria responsável por financiar em cerca de duzentos mil euros, o Governo Central, através do MAI, em cerca de quatrocentos mil euros, sendo o custo do quartel de seiscentos e sessenta mil euros. Esta seria a verba que o Ministério daria para um quartel de tipologia tipo um. As anteriores direcções dos Bombeiros nunca conseguiram tratar a sua questão patrimonial. Os Bombeiros quando quiseram construir tinham um quartel, mas não eram titulares do mesmo. O titular era a Câmara Municipal. Este facto levou a sentir que teriam de apoiar, desde que entendessem que o que era pedido era justo e adequado. Fazia sentido que havendo um contrato-programa e um protocolo inicial, havia uma base para futuras deliberações. Foi por isso que todos os Senhores Vereadores, independentemente do Grupo Partidário a que pertenciam, votaram sempre por unanimidade e com um espírito de colaboração intenso. Outro

problema foi o facto de haver um projecto e de o local atribuído pela Câmara Municipal não ser adequado para a sua construção. Falaram com a direcção dos Bombeiros, com o projectista e com o empreiteiro, e depois de vistas as questões legais, todos aceitaram a mudança de local, salvando Óbidos de um erro brutal do ponto de vista urbanístico. Perante vários pedidos de apoio financeiro, o Município concedeu esses apoios. O Tribunal de Contas vem dizer que esses apoios poderiam ter sido efectuados, mas seria bom que eles tivessem sido acompanhados de um contrato ou de um novo protocolo. Diz que não houve suporte legal, porque não existia esse contrato. Acharam que o facto de terem um contrato-programa inicial, criava as condições para esse apoio através da atribuição de subsídios. No final da auditoria falou com o Auditor Chefe que fez um balanço das situações que encontraram. Uma delas, era a violação da lei por haver vigilantes nas Igrejas pagas através de um subsídio ao Patriarcado. Após a auditoria foi elaborado um protocolo entre a Câmara Municipal e o Patriarcado, a fim de viabilizar essa situação. Tudo, no fundo, se resume à existência de um documento formal, que este Tribunal considera importante. O Tribunal de Contas não foi tão rigoroso como pretendiam. Não pode aceitar que se diga que o Município pagou trabalhos a mais no valor de cerca de seiscentos mil euros, quando o próprio Tribunal revela num quadro de auditoria que os trabalhos a mais foram apenas de duzentos e cinquenta e cinco mil euros. Os cerca de seiscentos mil euros, ditos de trabalhos a mais, passaram a ser todos os tipos de apoios, incluindo a verba que o antigo Presidente da Câmara Municipal fez aprovar ainda em dois mil e um, de vinte cinco mil contos, em moeda antiga. Não pode aceitar que a revisão de preços, os trabalhos imprevistos, uma central de comunicações, que o Município tratou de forma bem diferenciada, já depois de o quartel estar pronto, e os arranjos exteriores, feitos por outro empreiteiro, sejam tudo trabalhos a mais. Os documentos estão disponíveis para serem consultados. A acusação é injusta para os Senhores Vereadores e para o Presidente da Câmara Municipal. Por mais que o Tribunal de Contas considere que apoiaram em demasia a construção do quartel dos Bombeiros, estes continuam a contar com o Presidente da Câmara Municipal. As contas da Câmara Municipal são elogiadas pelo Tribunal de Contas. Vai ter muita atenção aos sinais da população e ao aproveitamento destas situações. É muito fácil tirar conclusões e dizer determinadas coisas, mas têm que ser provadas e demonstradas. Saberão todos estar à altura das responsabilidades. Uma das questões mais interessantes é verificar nos próximos tempos qual vai ser o aproveitamento de natureza política ou partidária eleitoral destas matérias.-----

--- A Senhora Doutora Anabela Afonso, Directora de Departamento da Câmara Municipal informou que, relativamente aos Recursos Humanos, e após análise que

fez aos arquivos e aos serviços, não existem anomalias. A Câmara Municipal deu cumprimento à legislação. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que das avenças existentes só uma foi feita por este Executivo. -----

--- O Senhor Deputado João Lourenço disse que isto não é drama nenhum. Compreende o que o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse sobre o aproveitamento da situação. Não tem satisfação nenhuma no relatório do Tribunal de Contas. O que se fez não foi um esclarecimento informal, foi uma crítica ao que o Tribunal de Contas fez. A Câmara Municipal tem possibilidade de responder e reclamar. Na próxima sessão iram falar sobre os aspectos técnicos dos Bombeiros. Parece que adivinhavam que problemas destes se poderiam vir a levantar, quando chamaram à atenção para trapalhadas jurídicas e em perda de credibilidade que a Câmara Municipal podia começar a ter. Não é o aspecto técnico do Tribunal de Contas que o preocupa, embora não se possa deixar de ter em atenção. O que o preocupa é a credibilidade da Câmara Municipal e do Município. Têm que passar a ser mais exigentes e menos tolerantes com certas votações.-----

--- O Senhor Deputado Albino Sousa agradeceu os esclarecimentos dados. Na próxima sessão vão voltar a falar no assunto. Não pode concordar com o aproveitamento político que isto possa vir a ter.-----

--- Tendo-se procedido à chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados José Luís Rocha de Oliveira, Hernâni José Leal Pedras e da Senhora Deputada Maria Cristina Fernandes Rodrigues, tendo os dois últimos sido substituídos pelos Senhor Deputados Alexandre dos Santos Ferreira e Luís de Noronha Tudella, respectivamente.-----

--- Como havia quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos.-----

--- PONTO NÚMERO UM – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil oitocentos e setenta e oito, de quatro de Novembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, os Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Oeste.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que foi acordado na Assembleia Intermunicipal, proceder à aprovação dos estatutos até dezanove do presente mês. Sem constituição da CIM não há contratualização, nem QREN.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho saudou a Associação de Municípios do Oeste e a sua Direcção pela forma célere e pacífica como conduziu este processo que vai permitir a conversão da actual Associação de Municípios na futura Comunidade

Intermunicipal. Há uma ligação importante entre a constituição das futuras Comunidades Intermunicipais e as questões relacionadas com o QREN, designadamente, aquelas que resultam dos aspectos da contratualização. Não é de todo verdade que a questão do QREN esteja intimamente ligada à questão da contratualização. A constituição da CIM vai permitir, se houver consenso, reservar para esta Comunidade Intermunicipal um montante pré-determinado, ficando esta com total capacidade para gerir dentro dos Municípios que a compõem, esses valores, que estão estritamente reservados a serem aproveitados pelos Municípios que a constituem.-----

--- O Senhor Deputado José Filipe informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, como não têm assento na Comunidade, não iriam votar os estatutos.-----

--- Como não houve mais intervenções, foram os Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Oeste, postos à votação, tendo sido aprovados por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO DOIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA ADESÃO DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS À ENTIDADE REGIONAL DO PÓLO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO OESTE: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil oitocentos e setenta e sete, de quatro de Novembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Adesão do Município de Óbidos à Entidade Regional do Pólo de Desenvolvimento Turístico do Oeste.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que os estatutos são resultado de um trabalho exclusivo da Comissão Instaladora e foram para publicação sem haver uma apreciação para além da própria Comissão. Tiveram conhecimento dos estatutos através da sua publicação. Pediram esclarecimentos sobre os mesmos e a forma como foram elaborados, nunca tendo obtido resposta. É uma adesão com muitas questões por resolver.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho perguntou se a Câmara Municipal se revê nestes estatutos e qual o nível de perplexidade que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tem, quanto à forma como decorreu este processo. Óbidos manteve-se como sede deste pólo, pelo que tem uma relevância especial no âmbito das questões do turismo do Oeste.-----

--- O Senhor Deputado Eduardo João disse que não foram envolvidas todas as entidades que podiam enriquecer e dar o seu contributo para os estatutos. Deixou o seu repúdio por não ter sido dada oportunidade às Juntas de Freguesia para fazerem parte da Assembleia daquele órgão. É passar um atestado de menoridade a órgãos que todos os dias, na sua maioria voluntariamente, dão enormes contributos para o

desenvolvimento das regiões e para as populações. Os Presidentes de Juntas têm possibilidades de dar contributos, são pessoas com valor e capazes de ajudar a que este País, numa área tão sensível, como é o turismo, se possa desenvolver. Destacou, em seu nome pessoal, enquanto Obidense, a capacidade de abarcar projectos e a visão estratégica que os Executivos da Região de Turismo do Oeste tiveram, em especial na pessoa do Senhor Doutor António Carneiro, que teve uma importância enorme para alguns projectos estruturantes e de importância fundamental para o Concelho e sua população. Deixou um abraço de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido e um apelo para que o novo organismo do turismo tenha a capacidade, a qualidade e o prestígio que a Região de Turismo do Oeste deixou em todo o País e noutros Países da Comunidade Económica Europeia.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não têm reservas. Só explicou que os estatutos foram trabalhados na Comissão Instaladora, sem outros contributos. Será um pólo forte ou fraco, dependendo dos recursos. Tem esperança que se inicie uma mudança.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a Adesão do Município de Óbidos à Entidade Regional do Pólo de Desenvolvimento Turístico do Oeste, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO TRÊS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE TERRENO NA QUINTA DO FURADOURO, JUNTO AO CAMPO DE FUTEBOL DA AMOREIRA: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil quatrocentos e oitenta, de oito de Outubro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Aquisição de Terreno na Quinta do Furadouro, junto ao Campo de Futebol da Amoreira, constituída pelo ofício da Celbi com as condições de venda e Relatório de Avaliação do valor do terreno.-----

--- A Senhora Deputada Ana Carvalho disse que a Bancada do PS gostaria de saber porque é que a Câmara Municipal vai comprar o terreno. Queriam também saber o motivo pelo qual a Celbi não doava o mesmo, como se ouvia dizer, e porque é que iam vender o terreno abaixo do valor de avaliação. Perguntou porque só agora é que se está a celebrar este negócio e quais as garantias que vão ser dadas e de que valor são. Gostavam ainda de saber qual é o documento que vai ser elaborado pelo Gabinete Jurídico da Câmara Municipal. Não é contra a construção da escola e regozija-se por tal obra, sendo a mesma salutar.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que houve um tempo em que as pessoas usavam de uma certa educação quando se dirigiam ao mesmo. As pessoas põem questões de uma maneira, que o levam a questionar se existe um respeito

adequado perante as pessoas que representam as instituições. Compreende que as pessoas possam pôr as questões que entendam, mas um bocadinho de parcimónia e gentileza também, às vezes, é necessário. Sobre a venda do terreno tem que perguntar à Celbi o porquê. A Câmara Municipal fez esta negociação para desenvolver um conjunto de equipamentos, sendo a escola um deles. A escritura é livre de ónus e encargos. A escola não vai ocupar a totalidade dos quinze hectares. O Município tem aumentado o seu património ao longo da sua história. Não existem garantias de pagamentos. É intenção do Município fazer um contrato-promessa de compra e venda para ter acesso ao QREN.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que o Senhor Presidente da Câmara Municipal é que se tem que habituar à forma como falam. Não vão condicionar a forma como intervêm aos prazeres e à satisfação do Senhor Presidente da Câmara Municipal e não acha, nem deixa de achar, relativamente àquilo que os Deputados do PS dizem nesta Assembleia Municipal. A Bancada do PS vai continuar a colocar todas as questões sobre todos os temas que entender que devem ser esclarecidos. Compreende para que serve a Bancada do PSD. Não vai transformar a Bancada do PS num clone da do PSD. Perguntou se o Senhor Presidente da Câmara Municipal acha que uma Câmara Municipal com esta dimensão, leva à Assembleia Municipal a aquisição de um terreno por seiscentos mil euros e o que tem para mostrar é a carta do vendedor e o relatório de um Engenheiro da avaliação, que diz pouco mais do que nada. É com base nisto que quer que a Assembleia Municipal decida? É dizendo que se destina a um conjunto de equipamentos? Precisam de saber de mais dados sobre esta aquisição. A minuta do contrato-promessa podia ter sido disponibilizada. Quem passa a ser responsável por esta aquisição são todos os Deputados Municipais.-----

--- O Senhor Deputado José Capinha disse que cada um diz o que entende, mas está sujeito a ouvir comentários sobre a forma como se expressa. Acha que é importante contribuir para o que vai ser feito. Fazer observações sem nexos não contribui para o que os Municípios querem.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que responde de forma amável quando as questões são postas da mesma forma. Gosta que os Senhores Deputados saibam do que se trata e de partilhar. Quando o PS diz que exige não responde. Podem tentar enxovalhar todas as semanas o Presidente da Câmara Municipal nos comunicados. Tem o direito de achar que não é uma atitude digna. Podem chamar mentiroso três meses consecutivos, quase semanais. Podem fazer o que quiserem. Tem o direito de não reagir de forma positiva. Pensava que isto estava ultrapassado. As coisas podem ser tratadas com elegância, elevação e cordialidade. Estas são as condições propostas pelo vendedor. Se não concordam, não aprovem. A obra não

começará, apesar de estar adjudicada. Está a pôr-se em causa uma decisão estratégica no desenvolvimento do Município. Querem fazer um complexo escolar nesta área. Perguntar para que é o terreno e depois dizer que concorda com a escola é patético.---

--- O Senhor Deputado João Lourenço disse que não pode votar conscientemente, nem a favor, porque não tem conhecimento das condições da alienação.-----

--- A Senhora Deputada Anabela Corado perguntou como é possível a obra já estar adjudicada se a Câmara Municipal ainda não assinou o contrato-promessa e muito menos adquiriu o imóvel.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que dissesse onde é que o PS, designadamente através do seu sítio, ou através de alguma declaração para a imprensa, se dirigiu ao mesmo, chamando-lhe mentiroso. Cabe ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que usou e atribuiu a expressão ao PS, dizer onde, quando, quem do PS, é que alguma vez se dirigiu à sua pessoa ou ao seu cargo, atribuindo-lhe a expressão de mentiroso.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que basta ler os comunicados publicados na Gazeta das Caldas.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Aquisição de Terreno na Quinta do Furadouro, junto ao Campo de Futebol da Amoreira, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezoito votos a favor e cinco votos contra. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- Foi presente a declaração de voto do Grupo Municipal do PS, que a seguir se transcreve: “Aquisição de terreno na Amoreira – Declaração de Voto – Um – O Partido Socialista votou contra a proposta da Câmara Municipal de Óbidos para aquisição, por seiscentos mil euros, de um terreno à Celbi na Assembleia Municipal de catorze de Novembro de dois mil e oito por entender que não foram dados todos os elementos que justificassem esta aquisição. Dois – De facto, os elementos disponibilizados aos Deputados do Partido Socialista apenas incluíam uma carta da Celbi a propor o negócio, e um relatório de um engenheiro avaliador. Três – Da proposta da Câmara Municipal não constavam elementos essenciais para que o PS autorizasse esta aquisição como sejam a minuta do contrato com a Celbi, as razões que justificam a aquisição deste terreno, e para que vai servir. Quatro – Perante as questões que lhe foram colocadas o Presidente da Câmara de Óbidos desconsiderou a bancada do PS e não respondeu cabalmente às mesmas, limitando-se a dizer que o terreno se destinava a “equipamentos colectivos”. Cinco – O Presidente da Câmara de Óbidos, na sua intervenção na Assembleia Municipal, não respondendo à interpelação dos deputados do Partido Socialista como lhe competia, preferiu seguir o caminho da ameaça de que caberia ao PS justificar o porquê de não querer uma nova



escola na Amoreira. Seis – O PS não teme, como nunca temeu, as consequências políticas dos seus actos na Assembleia Municipal de Óbidos, actua, como sempre actuou, em nome de critérios de rigor, contribuindo para que a Assembleia Municipal seja um órgão respeitado nas suas competências e atribuições. Sete – O PS com este voto não é contra a construção da nova escola no Furadouro, tento mais que o PS, na devida altura, aprovou com a maioria PSD a Carta Educativa do Concelho de Óbidos. Mas o PS é absolutamente contra a falta de rigor formal com que se conduzem processos tão importantes como este e contra esta ligeireza na afectação dos dinheiros públicos e, em especial, o modo como a Câmara Municipal se acha dona da Assembleia Municipal, o órgão cuja principal função é a de fiscalizar o executivo camarário.”-----

--- PUNTO NÚMERO QUATRO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PLANO PORMENOR DO ARNÓIA: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil oitocentos e noventa e três, de cinco de Novembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Plano de Pormenor do Arnóia, constituído pelo regulamento, plantas de implantação e condicionantes. Presente também o processo.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que gostaria que o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal desse autorização aos promotores fundamentais, que desencadearam a elaboração do plano, para fazerem uma apresentação do projecto. O plano de pormenor demorou cinco anos e meio para ser aprovado. Esta forma de planeamento não é dinamizadora de desenvolvimento. Estava inicialmente previsto para junto do Senhor da Pedra, mas tratava-se de uma área complicada ao nível de acessibilidades. Demorar este tempo para fazer um plano de pormenor, talvez explique muitas das mentiras que lhe atribuem publicamente. Fazer mais planos de pormenor deixou de ser uma das opções da Câmara Municipal. É com satisfação que se chega ao fim e se aprova o plano de pormenor. Felicitou o trabalho do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Chefe de Divisão, Juristas externos e Promotores. Gaeiras tem uma certa expectativa criada. Espera que o promotor não atrase a conclusão da obra.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que o Senhor Deputado João Lourenço apresentou uma declaração de impedimento nos termos devidos, do ponto de vista legal regimental, porque invoca que a zona abrangida pelo Plano de Pormenor do Arnóia é limite de uma propriedade pertencente a um parente em linha recta do Senhor Deputado, pelo que não irá participar na discussão e votação do quarto ponto da ordem de trabalhos. Colocou à consideração dos Senhores Deputados que seja permitido que a solicitação que o Senhor Presidente da Câmara

Municipal fez, possa ser atendida, tendo os mesmos dado a sua concordância. Assim, os promotores iam usar da palavra, usando as prerrogativas regimentais.-----

--- Os promotores da Wilhelm & CO, disseram que a migração das aves dá tema ao centro comercial do Plaza Oeste, um empreendimento que começará a ser construído em dois mil e nove e cuja abertura está prevista para Outubro de dois mil e onze. Com um investimento total a rondar os cento e cinquenta milhões de euros, tem prevista a criação de mil novecentos e setenta postos de trabalho directos e três mil novecentos e quarenta indirectos. O shopping centre terá uma área de quarenta e dois mil metros quadrados, ao passo que o retail park terá uma área de vinte mil metros quadrados. Será ainda construído um hotel & spa, um centro de conferências e um centro náutico, que ocuparão uma área bruta de construção de vinte mil metros quadrados. O parque de lazer terá cerca de cento e sessenta mil metros quadrados. Caracterizaram-no como um projecto diversificado, que vai oferecer áreas comerciais, mas também áreas de lazer, utilizando a natureza e a beleza da paisagem existente. Destacaram a forte sensibilidade da empresa na área do ambiente, que já é visível nos vários projectos que possuem na Europa. O centro comercial vai ser desenvolvido com certificação energética, por um método britânico, que irá garantir que este espaço de lazer e entretenimento não venha a afectar as áreas de reserva natural que é necessário preservar. Destacaram também a ligação deste empreendimento ao potencial já existente na Região, o que vai atrair gente num raio de duas horas. O Plaza Oeste irá compreender actividades de comércio, lazer e entretenimento, com lojas de retalho, restauração, cinema e centro náutico. A estruturação do território será feita a partir do centro comercial, que será composto por um hipermercado e áreas destinadas ao lar e serviços e à moda. Num nível inferior, próximo ao lago da albufeira, ficará localizada a praça da alimentação, cinemas, zonas de lazer e um anfiteatro exterior. Estão previstas várias actividades de recreio como a observação de aves, actividades radicais ou passeios sobre a copa das árvores. Há também uma proposta para ligação por teleférico entre o parque de lazer e a zona histórica de Óbidos. Prevêem um palco flutuante na albufeira do Arnóia. O empreendimento será servido por um nó directo da A quinze, que ficará junto ao complexo desportivo do Gaeirense, que entretanto foi alvo de requalificação por parte da empresa promotora. Informaram ainda sobre a utilização suave do aterro sanitário para usos de lazer, depois de estabelecidos protocolos com as respectivos donos e da disponibilidade para estabelecer com o Município parcerias e iniciativas conjuntas. Por último passaram um vídeo demonstrativo do que será o Plaza Oeste.-----

--- A Senhora Deputada Anabela Corado questionou sobre o facto de constar na plano uma zona agrícola e na mesma se ir construir uma escola. Perguntou quem era o

proprietário do loteamento a construir ao pé do cemitério de Gaeiras. Porque é que algumas casas não estavam assinaladas. Quais os projectos existentes para resolver o problema dos lexiviados e se seriam abatidos sobreiros.-----

--- O Senhor Deputado José Capinha deu os parabéns ao Município e ao promotor, que é bem-vindo. Disse que este ponto da ordem de trabalhos é de enorme importância e que o projecto se desenvolva o mais rapidamente possível. Ficou bem impressionado com o que viu. É um projecto de interesse nacional. Isto deve custar a quem gosta de arranjar problemas onde não os há. Congratulou-se com a apresentação. Perguntou quem era o responsável por o plano ter demorado cinco anos e meio para ser aprovado. É importante para a sustentabilidade da região.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que faz da Bancada do PS as palavras do Senhor Deputado da Bancada da maioria. Que este investimento se desenvolva o mais depressa possível. O PS acompanha plenamente a intervenção da Bancada do PSD.-----

--- O Senhor Deputado Eduardo João disse que é um momento de regozijo para a população da Freguesia de Gaeiras e da Freguesia de A dos Negros, que durante os últimos vinte anos sofreram com a lixeira, com o aterro sanitário e com a central de transferências. Têm agora a oportunidade de requalificarem aquela zona e de terem qualidade de vida. Deixou agradecimentos aos Promotores, aos Técnicos da Câmara Municipal, ao Vereador Pedro Félix, à Freguesia de A dos Negros e à Câmara Municipal, na pessoa do seu Presidente. Desejou que o processo se concretizasse o mais rápido possível.-----

--- A Senhora Deputada Anabela Corado disse que ninguém a ouviu dizer mal do projecto. Apenas apresentou algumas questões simples acerca do mesmo.-----

--- O Senhor Deputado Vítor Mata agradeceu à Câmara Municipal e a todos os que estiveram envolvidos neste projecto. Ficou encantado com o projecto, que ultrapassou a sua expectativa. Temos aqui um exemplo de como a natureza pode ficar inserida em qualquer projecto de arquitectura. Informou também que está previsto um museu de desenvolvimento rural.-----

--- O Senhor Engenheiro Carlos Pardal, Chefe de Divisão da Câmara Municipal disse que o plano tem três peças fundamentais, o regulamento, a carta de implantação e a carta de condicionantes. Nos espaços agrícolas o plano permite equipamentos colectivos, pelo que vai ser lá construído o complexo escolar. Não sabe a quem pertence o loteamento. A Câmara Municipal tem feito um esforço enorme para que os lexiviados não apareçam na barragem. Os sobreiros foram todos marcados no terreno e estão defendidos no essencial. Só alguns serão deitados abaixo. Ficou a promessa, por parte do promotor, de que por cada um que se mandasse abaixo, centenas

poderiam ser plantados. Nos lotes jj, hh está contemplada a área que é necessária para a construção do nó de acesso.-----

--- A Senhora Deputada Anabela Corado perguntou se o plano já teve o parecer da CCDR, tendo-lhe sido respondido que sim.-----

--- O Senhor Vereador Pedro Félix disse que na Comissão de Conferência de Serviços estiveram doze entidades, que deram o seu parecer sobre o plano. Conseguiu-se preservar noventa e oito a noventa e nove por cento dos sobreiros. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que as reacções da Assembleia Municipal são positivas. É importante os partidos com assento na Assembleia Municipal apoiarem estes projectos. Já estão a actuar de acordo com o plano. Não estão a planear tudo para a Sede do Concelho. Quando se passa na auto-estrada continuam a ver a paisagem e não um mega edifício. Tentou-se aproveitar a mata de sobreiros. Houve uma preocupação ambiental muito forte. Foi muito longo o processo de negociação com as Auto-Estradas do Atlântico. Estão a fazer obra em todo o Concelho. Deu os parabéns a todos os que se esforçaram em prol do plano. A forma carinhosa como as pessoas se dirigiram ao promotor é a resposta de todo o Concelho, afirmativa de que isto não é uma decisão apenas do Executivo da Câmara Municipal ou até da Assembleia Municipal.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho, em nome da Bancada do PS e também em nome dos Deputados do PSD, disse que ninguém compreenderia que as intervenções se ficassem apenas pelos louvores, naquele que foi considerado como um dos pontos mais importantes que foi trazido à Assembleia Municipal nos últimos tempos. Foi a Senhora Deputada Anabela Corado que permitiu que se descesse às questões técnicas e que se discutissem as mesmas. Era extremamente difícil compreender a relevância deste órgão político se se tivessem atido apenas a dar louvores aos promotores, à Câmara Municipal e a todas as pessoas que participaram. A intervenção da Senhora Deputado é um marco importante para credibilizar o debate. Identifica-se com uma Assembleia Municipal que não é indiferente, que pode por vezes colocar questões que podem criar alguma dificuldade e perturbação, deixando as pessoas indispostas. O pior dos defeitos de uma Assembleia é ser toldada pela indiferença.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Plano Pormenor do Arnóia, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO CINCO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DO PROGRAMA CLUBE DE FÉRIAS: -

Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil seiscentos e oitenta e seis, de vinte e quatro de Outubro do corrente ano, remetendo para

apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Regulamento do Programa Clube de Férias.-----

--- Como não houve intervenções, foi a Proposta de Regulamento do Programa Clube de Férias, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e dois votos a favor e uma abstenção. Aprovado em minuta por unanimidade-----

--- PUNTO NÚMERO SEIS – DESIGNAÇÃO DE CINCO CIDADÃOS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS: -

Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil setecentos e setenta e cinco, de vinte e sete de Outubro do corrente ano, remetendo informação do Gabinete de Protecção Civil, para a designação de cinco cidadãos de reconhecida idoneidade, para o Conselho Municipal de Segurança do Município de Óbidos.-----

--- Foi presente a proposta dos Grupos Municipais do PSD e do PS que a seguir se transcreve: “Em referência ao ponto número seis da ordem de trabalhos, da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal do dia catorze de Novembro de dois mil e oito, o Grupo Municipal do PSD e o Grupo Municipal do PS, vêm apresentar os seguintes cidadãos: Maximino Alves Martins, Alexandre dos Santos Ferreira, Albino Agostinho de Sousa, João Manuel da Gama Lourenço e Ana Catarina Brás de Carvalho.”.-----

--- Posta a proposta à votação secreta, foi a mesma aprovada por unanimidade, com vinte e três votos a favor. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO SETE – PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA: - Foi dada a palavra aos Múncipes presentes.-----

--- Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.----

--- Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas uma horas do dia quinze de Novembro do corrente ano. E eu Frederico Manuel de Sousa Garcia, Primeiro Secretário desta Assembleia Municipal, lavrei esta acta que vou assinar.-----